

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Oposição e golpismo

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Tenho sentido, na evolução dos acontecimentos destes últimos meses — em que o país passou a enfrentar crise política maior do que a crise econômica —, que muitos opositoristas começam a pregar a derrubada do governo, como se o Brasil fosse um país parlamentarista, regime que possui mecanismos próprios para enfrentar vicissitudes como essa sem grandes traumas. Felizmente, nem todos os integrantes da oposição pensam assim, como parece ser o caso da ala moderada do PT.

A pregação para que a ordem jurídica não seja respeitada, a invasão de terras e propriedades de forma violenta e contra o direito, com acintosas manifestações de que tais usurpadores só se satisfarão com a queda do presidente, o descumprimento de ordens judiciais, as intimidações além dos limites democráticos para que as autoridades cedam às imposições daqueles que não conseguem chegar ao poder pelo sufrágio popular e muitas outras manifestações dessa natureza levam à sensação de que tais opositoristas jamais acreditaram realmente na democracia e que, incapazes de assumir o poder pelo voto, desejam exercê-lo pela força. Não representam, de rigor, oposição democrática; são adeptos do golpismo, das regras de exceção e das ditaduras.

No momento delicado por que passa o país, é necessário distinguir entre oposição e golpismo. Sinto-me à vontade para falar no assunto porque muitas vezes tenho demonstrado meu descontentamento com o atual governo, principalmente no que diz respeito à política tributária, que tem sufocado o povo e o desenvolvimento nacional, com técnicas obsoletas de cobrança e insuportável nível de carga impositiva para um país emergente, de longe a mais alta do mundo, tendo em conta que o Estado não presta serviços públicos decentes.

Ocorre que, num regime democrático, a oposição se faz pelos meios próprios dos regimes parlamentares, sendo que a maior garantia da democracia reside precisamente no respeito que situação e oposição devem nutrir por instituições que lhes permitam pugnar pelo poder por meio das representações populares.

Dessa forma, mesmo sem ser político, oponho-me, por meio de artigos, conferências e entrevistas, àquilo que considero incorreto na atuação governamental, sem pretensão de estar sempre certo, nas análises que faço, e respeitando o que há de mais importante numa democracia, que são os Poderes constituídos.



Carvall

Ora, a pregação pela desordem jurídica, pela vitória pela força, brandindo idéias o mais das vezes já ultrapassadas pela história, assim como a incitação à derrubada do governo, é "golpismo" que deve ser abominado por tantos quantos lutaram pelo retorno da democracia ao país e não desejam que essa conquista pereça.

É bem verdade que os próprios partidos aliados do governo não lhe têm auxiliado no combate à crise sistêmica,

decorrente de uma Constituição que engessou o Brasil — e cujas alterações não são desejadas por tantos quantos dela se beneficiam, políticos e burocratas. Convenço-me de que houve alguns graves erros da análise oficial sobre as perspectivas do país, sobre o Plano Real, sobre

o quadro político de sustentação do governo. Tais erros justificam o exercício da oposição democrática para obrigar o governo a sanear-los; nunca a pressão intimidatória dos que pregam a desordem jurídica e social para pescar em águas por eles mesmos turvadas.

A crise brasileira não é econômica, embora a gravidade de seus efeitos sobre a economia seja evidente. É que, para os problemas dessa natureza, há soluções, tão mais rápidas quanto maior consciência e colaboração houver por parte dos burocratas e políticos — pois, da sociedade, tal colaboração tem sido permanentemente exercitada. A crise

brasileira é fundamentalmente política. Cada pregação golpista afeta muito mais a economia do que decisões econômicas erradas, sempre reversíveis. É que o golpismo gera intranquilidade em investidores, que se afastam por receio de perdas e pelo risco da volta ao regime de exceção. A crise política é o mais deletério e corrosivo fator de descompassos na economia.

Preocupam-me, pois, declarações como as que têm sido feitas por alguns presidentes de entidade — que prezam mais a projeção na mídia do que a representação da categoria —, de que a sua meta é a derrubada do governo. Preocupa-me a marcha sobre Brasília, em que muitos — não todos — propugnam por idêntica solução de ruptura institucional, mantendo ambiente de instabilidade que pode afetar decididamente o regime democrático.

Creio que chegou o momento de situação e oposição buscarem soluções dentro do debate político consciente, não fora dele. Com respeito à ordem jurídica e às instituições, pois essa é a maior garantia do povo e do poder. Oposição sim, dura se necessário, mas nunca o golpismo, o pior dos males que poderiam ocorrer na atualidade brasileira.

Ives Gandra da Silva Martins, 64, advogado tributário, é professor emérito das universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

**Cada pregação
golpista afeta muito
mais a economia do
que decisões
econômicas erradas**